

PENSAR O INTELLECTUAL E AS FONTES DE PESQUISA EM NINA RODRIGUES PARA O ESTUDO DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES

Vanda Fortuna Serafim - Mestranda em História – UEM, Bolsista da Capes
Solange Ramos de Andrade - Profa. Dra (DHI – UEM)

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar como Raimundo Nina Rodrigues elabora um discurso sobre as manifestações religiosas de tradição africana. A partir das obras *O animismo fetichista dos negros bahianos* (1900) e *Os Africanos no Brasil* (1932), apresentamos alguns pressupostos teórico-metodológicos que permitem uma abordagem institucional da atuação médica de Nina Rodrigues, mais especificamente sua atuação enquanto intelectual do século XIX que se dispõe a estudar as práticas religiosas afro-brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: discurso intelectual, intelectualidade brasileira, Nina Rodrigues.

ABSTRACT: This article objective to analyze how Raimundo Nina Rodrigues prepares a speech on religious events of African tradition. From the books *O animismo fetichista dos negros bahianos* (1900) and *Os Africanos no Brasil* (1932), present some assumptions theoretical and methodological that allow an institutional approach of the medical performance of Nina Rodrigues, more specifically his actions as an intellectual of the nineteenth century that is available to study the African-Brazilian religious practices.

KEY-WORDS: intellectual discourse, intellectuality Brazilian, Nina Rodrigues.

Introdução

O filósofo Jacques Derrida, ao problematizar sobre o papel da religião no final do século XX, interroga “como falar religião? Da religião? Particularmente, da religião hoje? Como ousar falar disso no singular, sem temor nem tremor, nos dias de hoje? E tão pouco e tão depressa? Quem teria a imprudência de pretender que se trate de um assunto ao mesmo tempo identificável e novo?” (2000: p.11). Guiados pela mesma inquietação

esboçada por Derrida nos propomos a refletir sobre alguns aspectos da história das religiões e das religiosidades¹, especificamente as de tradição africana.

Nos propomos a analisar como Nina Rodrigues, um intelectual que vive num país de tradição católica, elabora um discurso sobre as manifestações religiosas de tradição africana. Uma de suas peculiaridades está no fato de seu objeto de estudo – religiões afro-brasileiras – ser inovador tanto para o espaço (Brasil) como para o tempo (finais do século XIX), em que passa a ser pensado.

Uma de nossas observações é que, ao tentar encontrar respostas na psiquiatria ou na sua visão biologizante para os “estados de santo”, as possessões e os tranSES, Nina Rodrigues, desvia a atenção do ato em si. Sua preocupação em comprovar que os africanos estariam num estágio inferior da escala de desenvolvimento humano o faz pensar o fenômeno religioso em termos médicos, deixando ora escapar em partes as questões transcendentais que caracterizam as religiões; ora analisando as religiões afro-brasileiras a partir de termos católicos como liturgia e teologia. Esta postura pode ser pensada no que Latour denomina de “*culto moderno dos deuses fe(i)tiches*” (2002: p.101), mais especificamente, de pensamento crítico.

Latour utiliza o sentido pejorativo das palavras “fetiche” e “culto”, no intuito de mostrar que os modernos não se mostram desprovidos de fetiche e de culto como eles imaginavam; muito menos num grau acima da evolução intelectual humana como pensava o Nina Rodrigues: “*eles negam às coisas que fabricam a autonomia que conferem às mesmas, ou negam àqueles que as fabricam, a autonomia que estas conferem aos mesmos*”. (LATOURE, 2002: p.101).

O homem ocidental moderno tem dificuldades para aceitar certas hierofanias²(manifestações do sagrado), próprias das religiões afro-brasileiras como o culto as pedras, aos vegetais e as águas; no entanto, não se trata de venerar uma pedra ou uma árvore, até porque as hierofanias revelam algo que é sagrado. Mesmo assim, é difícil ao homem ocidental, culturalmente habituado a relacionar com certa espontaneidade noções de sagrado, de religião e até magia com formas históricas da vida religiosa judaico-cristã.

As hierofanias consideradas estranhas, porque distantes da concepção usual, surgem em grande parte como aberrantes. Mesmo que o observador esteja predisposto a considerar com simpatia certos aspectos religiosos, dificilmente compreenderá a sacralidade

¹ Sobre os conceitos de história das religiões e religiosidades ver Jacqueline Herman, “História das Religiões e Religiosidades”, 1997.

² Sobre o conceito de hierofania ver Mircea Eliade, “O sagrado e o profano: a essência das religiões”, 2001.

das pedras, por exemplo. Até quando algumas dessas hierofanias são aceitas de forma parcial, ou seja, consideradas fetichismos, é quase certo que o homem moderno permanecerá refratário em relação a outras. (ELIADE, 1992)³.

Neste artigo, buscaremos abordar três fatores importantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa “Nina Rodrigues, deuses e hierofanias para além da histeria”. Num primeiro momento discutiremos a posição de intelectual ocupada por Nina Rodrigues; em seguida apresentaremos nossas fontes e a historicidade das mesmas e; por fim esboçaremos algumas dificuldades oferecidas pelo documento escrito.

O discurso intelectual de Nina Rodrigues

As obras de Nina Rodrigues sobre as religiões africanas tornaram-se um marco inicial para os estudos científicos acerca da temática. Analisar seu pensamento a partir do discurso produzido sobre as religiões de tradição africana no Brasil é importante, principalmente por tratar-se uma obra científica, elaborada por um intelectual, produzida no meio acadêmico com base em teorias e métodos próprios de seu momento de produção, que é o século XIX.

Norberto Bobbio (1997) alerta que os discursos sobre os intelectuais associam-se a um erro comum e a uma falsa generalização: falar dos intelectuais como se eles pertencessem a uma categoria homogênea e constituíssem uma massa distinta; o que é uma insensatez. Embora com diversos nomes, os intelectuais sempre existiram ao lado do poder econômico e político como poder ideológico, sobre as mentes pela produção de idéias e sua transmissão. Toda a sociedade tem seus detentores do poder ideológico. Detentores estes que expressam os anseios do meio social onde estão inseridos.

Durante o desenvolvimento de nossos projetos de iniciação científica⁴ percebemos que é possível pensarmos Nina Rodrigues dentro de um determinado “campo científico” enquanto um “especialista”, ao mesmo tempo legitimado por seus pares e detentor de um discurso aceito pelos leigos (BOURDIEU, 2004). Ele direciona para si o poder de dizer o que é ciência em virtude de sua autoridade médica, legitimado pelo espaço ocupado pela

³Eliade (1992) fala do homem moderno, nós nos remetemos a falar de Nina Rodrigues, o qual muitas vezes tem atitudes próximas as do homem “a – religioso”. O “homem a-religioso” descende do “homo-religiosus” sendo assim está carregado dos princípios que nega.

⁴ Nina Rodrigues e a formação religiosa no Brasil (PIC/ 2005-2006) e Deuses e hierofanias numa perspectiva “médico-científica” (PIC/ 2006-2007).

medicina no Brasil neste período, o qual ele próprio ajuda a construir. É em função disto que se delinea a formação de sua perspectiva “médica - científica”.

Respondendo a preocupação delineada por Norberto Bobbio, acreditamos que, enquanto intelectual, Nina Rodrigues, vincula-se a um grupo constituído e homogêneo, pelo menos no que se refere ao discurso oficial produzido por este grupo perante os demais. Certamente as instituições possuem crises, embates e divergências, mas o que sobressai de tudo isso, necessita de uma aparência homogênea. O grupo do qual Nina Rodrigues faz parte, dos médicos baianos, é responsável por parte da produção científica no Brasil, o que em termos da época é compreensivelmente segregado da população predominantemente analfabeta. No entanto, isto não significa que o trabalho produzido por Nina Rodrigues e seus pares estivessem dissociados dos problemas sócio – político - econômicos do país.

Nossa proposta de análise não é de que o discurso de Nina Rodrigues só pode ser compreendido dentro dos padrões da ciência médica do contexto no qual se insere, embora também não possa ser entendido fora dela. Considerando que “todo conceito remete não apenas ao objeto concebido, mas ao sujeito conceituador” (MORIN, 2005, p.23), é preciso ter em mente que este sujeito não pode ser unicamente limitado a um microcosmo de análise como se não fizesse parte de um macrocosmo organizador.

Buscar entender o pensamento de Nina Rodrigues sobre as religiões africanas unicamente a partir do “*homem de ciência*”⁵ é simplificar por demais a complexidade de sua obra e a forma de organização de suas idéias. Os autores que fizeram isto tenderam a evidenciar discurso de Nina Rodrigues sobre as religiões afro-brasileiras ora, unicamente a partir do social darwinismo e do evolucionismo social; ora unicamente a partir da histeria. Porém, analisar o pensamento do médico pressupõe três diferentes momentos: o contexto no qual Nina Rodrigues está inserido; o momento em que se produz uma bibliografia especializada acerca do primeiro; e por fim, o nosso olhar hoje, pautado nos métodos e problemas atuais.

Tentando apontar essa complexidade, buscamos considerar Nina Rodrigues como um sujeito, ou seja, perguntamos que jogo ele joga, onde se situa com relação a sua sociedade, de que meios ele dispõe para concebê-la e conceber-se. Pensar Nina Rodrigues não envolve apenas o contexto científico do Brasil em fins do século XIX, dado que o sujeito não pode e não deve ser reduzido enquanto ser pensante à profissão que exerce. Enfim, refletir sobre sua historicidade.

⁵ Vide Lilia Moritz Schwarcz “*O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*”; e Mariza Corrêa “*As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*”.

É importante também reconhecermos a humanidade de Nina Rodrigues. Além de médico, brasileiro (num momento em que se buscava dar respostas enaltecidas ao futuro da nação devido ao advento da República e o fim da escravidão), marido (casado em Igreja católica), pai (que introduziu a filha ao catolicismo), genro (acusado de usar o casamento enquanto barganha política para ascender em sua carreira), ou seja, um *homo sapiens* com a subjetividade que lhe é característica.

Estes elementos nos servem para evidenciar que a construção de categorias por Nina Rodrigues, não pode ser entendida à revelia das subjetividades de seu autor. Para além do cientista neutro que Nina Rodrigues se imaginava, “*um homem exclusivamente racional é uma abstração; jamais o encontramos na realidade. Todo ser humano é constituído, ao mesmo tempo, por uma atividade consciente e por experiências irracionais.*” (ELIADE, 1992: p.170).

O trabalho com as fontes: nosso olhar sobre os escritos de Nina Rodrigues

Nina Rodrigues (1862-1906) é considerado o iniciador dos estudos africanos no Brasil. Descrito por Câmara Cascudo como “mulato”, na Bahia se interessou pelo estudo pelos costumes dos antigos escravos e seus descendentes, em especial as práticas religiosas. O resultado de seus estudos está contido essencialmente em duas obras: *O animismo fetichista dos negros bahianos* (Paris, 1900), publicado originalmente em francês e *Os africanos no Brasil* (1932). Estas obras são classificadas, atualmente, como pioneiras no estudo das religiões africanas no Brasil, instaurando-se como leituras obrigatórias ao pesquisador da temática.

De acordo com Vagner Gonçalves da Silva (1995) obra *O animismo fetichista dos negros bahianos* foi resultado do conhecimento científico da psiquiatria e do evolucionismo da época. Silva afirma que embora não possa ser definida como de cunho antropológico, pelo menos dentro do conceito atual, serviu como um marco ou modelo obrigatório de interlocução aos novos textos que a seguiram.

Os africanos no Brasil, obra póstuma de Nina Rodrigues, procurou ampliar e sistematizar o quadro descritivo das sobrevivências africanas. Refere-se a aspectos etnográficos religiosos, os quais são posteriormente retomados por outros autores. (SILVA, 1995).

Diante da especificidade de nossas fontes - dois documentos escritos - buscamos respaldo metodológico em Le Goff (1994), segundo o qual, não existe um documento

objetivo, inócuo ou primário. De acordo com essa posição vemos como indispensável à problematização, o questionamento, o diálogo com nossas fontes, que são expressão uma época, de um determinado modo e pensar e interagir com o mundo.

Le Goff (1994), afirma que a concepção do documento/monumento objetiva evitar que o historiador se desvie de seu dever principal: a crítica do documento enquanto monumento, pois só assim, a memória coletiva pode recuperá-lo e o historiador usá-lo cientificamente, ou seja, com o conhecimento de sua causa. Afinal, mais do que qualquer coisa que fica por conta do passado, o documento é produto da sociedade que o fabricou, de acordo com as relações de força que aí detinham o poder. Em síntese, o ideal é questionar o documento.

É preciso compreender o universo no qual o autor, no nosso caso Nina Rodrigues, está inserido. O que o leva a pensar de tal forma? Quais as particularidades de sua época podem ter colaborado para que assumisse esta posição? Quais foram suas influências teóricas e metodológicas? Como a sociedade em que está presente pensa os temas que ele aborda? Nem sempre é possível responder a tais questões, no entanto, “É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.” (LE GOFF, 1994, p.538).

Assim, acreditamos que para desmontar *esta montagem* “é preciso começar pela extinção das falsas transparências. Não do claro e do distinto, mas do que é obscuro e do que é incerto, não do conhecimento assegurado, mas da crítica da certeza” (MORIN, 2005: p.29). Hoje a nossa necessidade é encontrar um método que detecte e não que oculte ligações, articulações, solidariedades, implicações, imbricações, interdependências, complexidades. É preciso abandonar as obviedades, as coerências e certezas da obra de Nina Rodrigues e começar a questionar o duvidoso, o não dito, o contraditório, as oposições e contradições se quisermos apreender a complexidade de seu pensamento. É preciso, segundo Edgar Morin, aceitar a confusão se quisermos resistir a uma simplificação mutiladora.

As dificuldades de análise da fonte

Dada a complexidade de Nina Rodrigues, como garantir que nosso recorte histórico não se torne uma simplificação mutiladora? O que nos garante isto é a consciência de nossas limitações, a consciência de que partimos de dois de seus livros e não de todo seu pensamento. É a consciência de que fizemos uma escolha dentre várias possibilidades:

optamos por estudar o olhar de Nina Rodrigues sobre as religiões africanas. É pautado nisso que se dá a escolha de nossas fontes: *O animismo fetichista dos negros bahianos* (1900) e *Os Africanos no Brasil* (1932).

Roger Chartier (1992) cita a indagação de Fernando Rojas ao escrever um novo prefácio para sua obra *Celestina* em 1507, sobre por que a obra tinha sido entendida, avaliada e utilizada de formas tão diversas desde a sua primeira publicação. O intuito de Chartier é problematizar sobre como um texto pode se transformar em instrumento de discórdia e briga entre os seus leitores, criando divergências e levando cada um deles a ter uma opinião diferente.

Podemos visualizar a problemática destacada por Chartier à medida que se analisa a repercussão da obra de Nina Rodrigues em diversos períodos. Tratando inicialmente da obra “*O animismo fetichista dos negros bahianos*”, esta seria publicada em formato de livro apenas em 1900, sendo que circulara inicialmente em formato de artigos em jornal.

No prefácio de “*O animismo fetichista dos negros bahianos*” de 1935, Arthur Ramos explica que a obra foi publicada de início na *Revista Brasileira*, em 1896, em parcelas, nos números de 15 de abril, 1 de maio, 15 de junho, 1 e 15 de julho, 1 de agosto e 15 de setembro. Um ano depois seria publicado o capítulo final da obra, também na revista, intitulado: *Illusões da catechese no Brazil*. Todas essas partes foram incorporadas num só tomo que Nina Rodrigues traduziu ao francês e publicou em 1900, sob o título *L'animisme fétichiste des nègres de Bahia*, edição de Reis e Comp., da Bahia e dedicado à *Société Médico-psychologique de Paris*, da qual era Autor Membro Associado Estrangeiro. A esta versão francesa, Nina Rodrigues apresentou uma introdução que permanece na versão brasileira de 1935, por nós utilizada.

Arthur Ramos justifica a edição de 1935 em virtude de que “*surge novamente em foco a questão, onde especialistas na sociologia, na lingüística, na ethnographia, na antropologia, se reúnem para discutir theses, erguer equações, armar enfim o problema negro sob prismas novos e dentro do clima da época*”. A frase de Ramos abre espaços pra interpretações: refere-se o autor ao clima de desenvolvimento e instauração de novos métodos de análise por parte da antropologia e da sociologia? O que podemos subentender por o *problema negro*?

Em decorrência desses questionamentos surgem outros como, cuja dificuldade não é menor: o texto escrito é destinado à leitura ou a quem o lê? Ao postularmos a eficácia do texto, não estamos negando toda a autonomia do ato de ler? A história pode ajudar a esclarecer as contradições apresentadas, pois ao considerar a leitura como um ato concreto

considera pertinentes as múltiplas variações em diferentes épocas e lugares, a partir de duas abordagens ligadas: a reconstrução da diversidade de leituras mais antigas a partir de vestígios múltiplos e esparsos; e a identificação de estratégias através das quais as autoridades e editores tentaram impor uma ortodoxia ou leitura autorizada do texto. (CHARTIER, 1992).

A obra de Nina Rodrigues certamente não visava alcançar o público leigo. Quando foi publicada, tratava-se de uma obra nitidamente escrita e endereçada aos pares. Primeiro porque no período de sua produção a grande maioria da população brasileira é analfabeta. Segundo, porque os termos utilizados são bastante específicos: termos como “animismo”, “fetichismo”, “histeria”, “sonambulismo”, “patologia”, entre tantos outros presentes nas fontes que analisamos, certamente não visavam alcançar o público leigo. Nina Rodrigues escrevia para os seus pares e apenas eles, poderiam legitimar a importância de sua obra.

Porém não podemos argumentar sobre as poucas reedições dos livros de Nina Rodrigues, já que estas são póstumas e o que está em jogo não é mais a intenção do autor; mas a importância deste nos momentos de reedição. As leituras que foram feitas da obra de Nina Rodrigues nos séculos XIX, XX e XXI são diferentes: cada período histórico traz em si seus próprios questionamentos. Mesmo assim, nos diferentes momentos de publicação, os livros de Nina Rodrigues não visavam o público leigo, a ponto de Mariza Corrêa descrevê-lo como “*um autor famoso com um único livro em nossas estantes*” (2006, p.62).

Com relação ao livro “Os Africanos no Brasil”, a história é um misto de realidade e ficção: no meio acadêmico, divulgou-se a crença de que este livro trazia a desgraça a quem o retivesse. Sua impressão já estava bem adiantada na Bahia, quando Nina Rodrigues faleceu em Paris em 1906. Como Nina Rodrigues deixara escola e discípulos, um dos mais ilustres, Oscar Freire, chamou a si a tarefa de entregar ao público a obra interrompida, tendo acesso aos capítulos impressos, originais, notas e vasta documentação fotográfica. Freire mudou-se para São Paulo carregando consigo todo o material, mas a morte lhe sobreveio inesperadamente, voltando o material às mãos da viúva de Nina Rodrigues.

Esse livro, na versão de Nina Rodrigues, chamava-se “O problema da raça negra na América portuguesa” e era resultado de um estudo de quinze anos de trabalho. Os escritos estiveram durante dezessete anos nas mãos de Oscar Freire e seria publicado apenas em 1932, após a organização de Homero Pires, sucessor de Nina Rodrigues na Faculdade da Bahia.

Homero Pires explica que “Os Africanos no Brasil” era o título do primeiro capítulo da obra, mas não explica porque se tornou o título da obra. Havia vinte e seis anos que a obra

começara a ser impressa, como ninguém queria tocá-la, permaneceu trancada e interrompida pela superstição e pela morte: ninguém queria tocá-la por medo dos nefastos sortilégios!

Homero Pires (1982) observou que durante esse tempo, principalmente na África, escreveu-se uma vasta biblioteca sobre os negros. Refizeram-se antigos conceitos de antropologia e etnografia. A questão de desigualdade das raças foi vista de maneiras diferentes: o negro reabilitou-se. Esta observação torna bastante sugestiva as motivações para a mudança do título da obra. Pires tem ainda o cuidado de sublinhar que não seria leal, a tantos anos de distância, discutir agora as conseqüências a que chegou o mais notável freqüentador dos estudos sobre o negro no Brasil.

Considerações finais

Concluindo, neste breve artigo, buscamos esboçar alguns dos elementos presentes em nossa discussão sobre Nina Rodrigues. Inicialmente apresentamos nossa pesquisa dentro de um amplo espaço da história das religiões, passando a um recorte mais restrito – a história das religiões afro-brasileiras dentro de uma ótica médica - científica. Ao passamos para campo intelectual, optamos pela definição do que entendemos por *intelectual*, para finalmente apresentarmos nossas fontes e os entraves decorrentes de sua tipologia em nossa investigação. Certamente não esgotamos todas as possibilidades de se pensar o *intelectual* e as fontes escritas, mas procuramos elucidar nossas formas e opção de análise perante os mesmos.

A sensação que temos é a de que alguns pesquisadores deixam-se impregnar pelo caráter “científico” do discurso de Nina Rodrigues. “*Todo o discurso teórico de Nina Rodrigues justificava a sua participação na vida social a partir de uma suposição de objetividade; trata-se de um discurso científica, isto é, verdadeiro.*” (CORRÊA, 2001: p.91).

As análises da posição de Nina Rodrigues em relação às crenças afro-descendentes, tendem a não considerar a postura católica, como mostra a fala de Corrêa sobre Nina Rodrigues: “*alguns de seus comentários céticos em certas passagens das análises das religiões afro-brasileiras, deveriam ser postas no contexto de suas observações, também céticas, sobre a religião em geral*” (2006, p.60). Percebemos aqui que o texto é tomado como verdade a partir de uma leitura que se faz dele e do entendimento do que o autor pretendeu dizer.

Embora Nina Rodrigues não se denomine católico, a crítica documental é capaz de identificá-lo enquanto tal nas entrelinhas da obra. Chamado de beneditino por Homero Pires, no prefácio de *Os Africanos no Brasil*, é interessante notar na narrativa da chegada da chegada do cadáver de Nina Rodrigues à Bahia em dez de agosto de 1906, feita pelo Dr. Antônio Carlos Britto⁶, observamos que o corpo do médico foi velado no Mosteiro de São Bento, sob decisão da comissão organizadora das solenes exéquias da Faculdade de Medicina da Bahia e o velório foi acompanhado pelo canto de quatro noviços beneditinos. Além de que Nina Rodrigues foi batizado, fez primeira comunhão, casou-se e batizou sua filha na Igreja Católica. Sendo assim, nos sentimos seguros em afirmar que o Nina Rodrigues foi no mínimo, católico por formação. E esta formação exerceu enorme influência em seu discurso. Seria ingenuidade defender que isso não reflete de maneira alguma em seu discurso.

Buscamos evidenciar a necessidade de um posicionamento cuidadoso perante os textos, as impressões e as leituras. O trabalho com as fontes escritas pressupõe atenção a estes aspectos. Em concordância, Moscatteli (2003) afirma que, a memória, individual ou coletiva, está sempre sujeita ao esquecimento e a História perpetua o conhecimento do passado na medida em que prima por questionar constantemente o seu objeto. A origem da história está no estudo das fontes e sua reflexão a partir delas, não em sua narrativa. É pautado na necessidade de se atentar aos clássicos, que recorreremos a Nina Rodrigues. Evidenciando o lugar social do autor, procuramos analisar em que medida sua obra pode responder aos questionamentos atuais.

A seriedade e legitimidade de nosso trabalho e também da pesquisa histórica em si está na admissão de que o sujeito do texto é encontrado no próprio texto e não em nosso pensamento. Moscatteli explica que, na sua fala o autor impõe sua presença e não precisa ser ressuscitado pelo pesquisador. Na estruturas de significação que demarcam o discurso, o autor faz valer suas intenções e põe inferências ao leitor. Assim, as teorias historiográficas são válidas à medida que passam pelo confronto com a evidência, o que significa que embora a fala do autor possa ser entendida de diversas formas, não pode ser inventada pelo leitor sem referência nenhuma no texto.

⁶ BRASIL. Ata da Sessão da Congregação em 18 de julho de 1906. O falecimento do Professor Doutor Raymundo Nina Rodrigues, em Paris, 17 de julho de 1906. **Faculdade de Medicina da Bahia**, Bahia, 18 de julho de 1906. Disponível em: <http://www.medicina.ufba.br/historia_med/hist_med_art61anxi.htm .Acesso em 15/01/2007.

Não são apenas as intenções pessoais do autor que determinam a leitura do texto, mas podem auxiliar na interpretação textual inspirada pelo objetivo de compreender a produção do discurso como prática social em sentido amplo. A autoridade do autor deve ser questionada pelo leitor sem se esquecer que ele também foi um ser humano e para dialogar com o outro é preciso ouvir sua voz pelo cruzamento da produção textual com a biografia. (MOSCATTELI, 2003). A partir disto, constitui-se talvez, o aspecto mais específico de nossa investigação, a ser desenvolvida no decorrer do mestrado: a postura católica de Nina Rodrigues.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Edunesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Catani. São Paulo, Unesp, 2004.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Antologia do Folclore brasileiro*. V.2. 3.ed. São Paulo, Martins, s/d.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leitura. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade*: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 2.ed. Bragança Paulista, EDUSF, 2001.

CORRÊA, Mariza. Os livros esquecidos de Nina Rodrigues. In: *Gazeta Médica da Bahia*, 2006; 76 (Suplemento 2). P. 60 – 63.

DERRIDA, Jacques. Fé e saber: as duas fontes da “religião” nos limites da simples razão. In: *A religião: o seminário de Capri*. DERRIDA, Jacques; GIANNI, Vattimo (org.). São Paulo, Estação liberdade, 2000.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro, Elsevier, 1997.p.329-352.

LATOUR, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Trad. Sandra Moreira. Bauru; São Paulo, EDUSC, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

MORIN, Edgar. *O método I: a natureza da natureza*. 2.ed. Trad. Ilana Heinenberg. Porto Alegre, Sulina, 2005.

MOSCATELI, Renato. História intelectual: a problemática da interpretação. In: *Grandes nomes da história intelectual*. Marco Antônio Lopes (org.). São Paulo, Contexto, 2003. p.48-59.

RODRIGUES, Nina. *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Ed.Nacional; [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Orixás da metrópole*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

Recebido em: 30/12/2008

Aprovado em: 10/03/2009